



Formação Continuada de Professores em Educação Ambiental e Desafios do Projeto Sala Verde – UFS

Maria Ivanilde Meneses de Oliveira (SEMED/UFS)

Andressa da Silva (UFS)

Kelly Francielly Barbosa da Cruz (UFS)

RESUMO

Muitos são dos desafios na contemporaneidade para se colocar em prática um projeto de formação docente que tenha como objetivo promover à práxis pedagógica. As dificuldades vão desde as questões de ordem burocráticas, estruturais financeiras até a efetiva participação dos professores nas atividades propostas pelo projeto. Este trabalho tem como objetivo apresentar um panorama atual do Projeto Sala Verde executado pela Universidade Federal de Sergipe e os principais desafios identificados referentes à formação continuada dos professores dos municípios conveniados no ano de 2017. As análises deram-se a partir dos relatórios elaborados pelos professores formadores que atuam no projeto Sala Verde. Concluiu-se que, apesar de todos os desafios enfrentados na execução, as atividades do Projeto Sala Verde tem se constituído como um campo fértil para estudos e pesquisas que colaboram com a compreensão da realidade por parte dos estudantes e demais professores-formadores que participam das atividades do projeto.

Palavras-Chaves: Educação Ambiental. Políticas Públicas.

Formação de professores

1. Introdução

A Educação Ambiental (EA), assim como outras dimensões da Educação, é um tema da contemporaneidade que tem utilizado adjetivações para dar especificidade quanto à necessidade de uma consciência crítica quando há necessidade da sociedade refletir sobre a relação sociedade e natureza (BRASIL, 2012).

Desde o surgimento da lei 9.795 de 1999 até as Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Ambiental (BRASIL, 2012) observa-se uma normatização para a formação inicial e continuada dos professores para que estes possam inserir a

dimensão ambiental no currículo. Desde então são criadas várias políticas públicas de modo a favorecer o processo formativo.

Entre estas políticas públicas estão à criação das “Salas Verdes” pelos Ministérios da Educação e Meio Ambiental através de editais públicos. No ano de 2005 a Universidade Federal de Sergipe, foi contemplada com o projeto Sala Verde – UFS e desde então a equipe responsável pela coordenação do projeto vem desenvolvendo atividades formativas na modalidade de extensão para professores dos municípios sergipanos. Este trabalho tem como objetivo apresentar um panorama do Projeto Sala Verde executado pela Universidade Federal de Sergipe e os principais desafios identificados referentes à formação continuada dos professores dos municípios conveniados no ano de 2017.

No primeiro tópico serão apresentadas as bases conceituais que norteiam as práticas de formação dos professores, a seguir apresentaremos o projeto Sala Verde da UFS, como tem sido desenvolvidas as atividades de formação e os principais desafios enfrentados pelos professores-formadores.

2. Educação Ambiental e a formação de professores

A Educação Ambiental tem se constituído como proposta de intervenção com a finalidade de minimizar os impactos causados no ambiente advindos do desenvolvimento. Enquanto política pública específica no Brasil, temos como marco referencial a Lei 9.795/1999 que a define como:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, s/p).

Embora a lei já traga no corpo de seu texto orientações quanto ao ensino formal, somente no ano de 2012 é que foram instituídas as Diretrizes Nacionais para o ensino de Educação Ambiental nas escolas. A Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 em seu artigo 2º define a Educação Ambiental como:

Uma dimensão da educação é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 2012, p.02).

Nossa perspectiva é que a Educação Ambiental possa sensibilizar sujeitos quanto à importância de um saber que os motive a refletir sobre suas posturas pessoais e profissionais, considerando as dimensões: ecológica, ética, política, social e cultural (OLIVEIRA, 2013).

Neste sentido, as concepções de Educação Ambiental deste estudo apoiam-se em autores que adotam uma perspectiva crítica de Educação (ARAÚJO, 2004; GUIMARÃES, 2007; LOUREIRO, (2007)).

Uma Educação Ambiental crítica aponta para transformações radicais nas relações de produção, nas relações sociais, nas relações homem-natureza, na relação do homem com sua própria subjetividade, num processo de construção coletiva de uma ética, uma nova cultura, novos conhecimentos. Processos assumidos por sujeitos individuais e coletivos que desvelam necessidade da construção de novo paradigma, um novo modelo de relacionamento com a natureza de intervenção na história. (GUIMARÃES, 2007, p.84).

Quanto à inserção da Educação Ambiental na formação de professores, de acordo com o Artigo 19º das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental:

Os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino devem articular-se entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior capacitem para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar e acadêmica (BRASIL, 2012, p. 07).

No Brasil, a inserção da Educação Ambiental na formação continuada dos professores tem se dado através de cursos de curta duração, especialização, mestrado e doutorado. Os cursos de curta duração, objeto de estudo deste trabalho, ocorrem geralmente através dos programas de formação das secretarias de educação, podendo se

constituir em uma modalidade de extensão universitária, como é o caso do Projeto Sala Verde-UFS (OLIVEIRA, 2013).

A formação continuada pode ser uma demanda das secretarias ou uma busca do professor, seja para melhoria salarial, devido à políticas de incentivo de carreira do magistério ou de aprimorar sua prática pedagógica.

Concordamos com Carvalho (2005), sobre a formação do educador ambiental, quanto à importância de se trabalhar a subjetividade do sujeito nos cursos de formação.

Quando se pensa na formação de professores em educação ambiental, outras questões se evidenciam. Uma delas é de que a formação de professores comporta uma dimensão que transcende os objetivos programáticos dos cursos e metodologias de capacitação. Trata-se da formação de uma identidade pessoal e profissional. Desta forma, quaisquer que sejam estes programas e metodologias, estes devem dialogar com o mundo da vida do (a)s professor (a)s, suas experiências, seus projetos de vida, suas condições de existência, suas expectativas sociais, sob pena de serem recebidos como mais uma tarefa entre tantas que tornam o cotidiano do professor um sem fim de compromissos (CARVALHO, 2005, p. 13).

A formação continuada também deve ter como objetivo sensibilizar o professor sobre suas responsabilidades pessoais e profissionais, ou seja, como a sua própria atuação e formação de sujeitos que possam contribuir para um mundo mais justo e equilibrado do ponto de vista político, econômico social e ambiental.

Para que o professor possa atuar a partir dessa visão, se faz necessário uma formação docente coerente com esses princípios, ou seja, é necessário se formar um professor-pesquisador, de forma que ele assuma um papel protagonista em sua formação, ampliando seus conhecimentos para além da sala de aula. Então:

A perspectiva de inserir as questões ambientais no processo educativo requer uma prática docente que promova o desenvolvimento de habilidades e atitudes e permita ao aluno agir ativamente na sociedade, possibilite ao professor o desenvolvimento constante de novas atitudes necessárias ao bom desempenho de sua profissão, alinhada e adaptada às novas exigências sociais, na perspectiva de alcançar os objetivos propostos por essa nova forma de conceber a educação. (ARAÚJO, 2004, p. 92).

No tópico a seguir será apresentado o Projeto Sala Verde executado pela Universidade Federal de Sergipe através da Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários – PROEX.

3. O projeto Sala Verde UFS

Diante da necessidade da criação de espaços de formação e propagação da Educação Ambiental no nosso país, surge a partir da iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) a implantação de “Salas Verdes” em todo território nacional. O objetivo dessa iniciativa foi constituir centros de informação e de acesso a materiais sobre as questões ambientais que contribuam para formação de educadores ambientais.

Em 2005, a Universidade Federal de Sergipe em parceria com a Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX) foi contemplada através de um edital para a abertura da “Sala verde na UFS” e assim passou a atuar como um centro de informação, disseminação e formação ambiental no estado de Sergipe. Possui como eixo principal a formação continuada de professores da rede básica de ensino, além de desenvolver atividades diversificadas para o público em geral como seminários, palestras, encontros, oficinas e curso de formação voltada para a temática socioambiental (ARAÚJO, 2013).

A Sala Verde atende a proposta de fornecer um espaço de consulta a publicações e materiais relacionados à temática socioambiental, buscando oferecer um suporte teórico-metodológico aos interessados na área. Dessa maneira, o projeto Sala verde na UFS vem buscando diversas possibilidades de difundir a Educação ambiental em Sergipe e tem papel essencial na formação de cidadãos conscientes e preocupados com os problemas socioambientais (ARAÚJO, 2013).

Na perspectiva de promover a formação socioambiental de professores dos municípios de Sergipe, o Projeto Sala Verde proporciona seminários, encontros acadêmicos cursos com o objetivo de contribuir para formação dos professores e demais profissionais interessados pelo campo da educação ambiental (ARAÚJO, 2013).

A seleção dos municípios é ocorre por interesse manifestado pelo gestor local, indicações de gestores da UFS, já que o projeto atua na modalidade de extensão universitária, ou ainda dos coordenadores e professores-formadores. A proposta

pedagógica é constituída pelas etapas: sensibilização para adesão dos participantes, formação, dos professores.

A etapa de sensibilização ocorre em dois momentos distintos: o primeiro com o gestor, ocasião em que a coordenação do projeto apresenta a proposta formativa, termo de convênio com as contrapartidas necessárias para que a formação ocorra no próprio município de forma a favorecer a participação dos professores, assim como maior compreensão da realidade local.

O segundo momento ocorre após a adesão do gestor no próprio município com a apresentação do Projeto e da proposta formativa para os professores, gestores e técnicos interessados. Após a apresentação, os professores fazem sua inscrição.

A formação acontece também no próprio município com encontros mensais, previamente negociados com o secretário municipal de educação, de forma a favorecer a participação dos professores. A proposta formativa é realizada através de atividades teóricas e práticas, totalizando 40 horas.

Na parte teórica são trabalhados conceitos de Ambiente, Educação Ambiental, Interdisciplinaridade, Transversalidade, Sustentabilidade e Pesquisa em Educação. Na parte prática são realizadas dinâmicas de grupo, visitas de campo, elaboração de Biomapa¹, técnicas planejamento participativo², elaboração dos projetos a serem desenvolvidos na escola.

As atividades ocorrem sempre de forma dialógica (FREIRE, 1992a) buscando criar um ambiente de interação, trabalho em equipe, descontração e envolvimento socioafetivo que se constituem como essenciais para o processo formativo.

Além dos professores e colaboradores a equipe é composta também por alunos da graduação que recebem uma formação específica para atuarem nas atividades do Projeto Sala Verde. A proposta metodológica para os alunos contempla dinâmicas de

¹ Biomapa é uma ferramenta metodológica para representação de uma determinada realidade em estudos. Geralmente é uma etapa do Estudo do Meio. Para maior aprofundamento destas ferramentas metodológicas, ler o artigo “Utilizando o Estudo do Meio como ferramenta de conscientização ambiental com alunos da Universidade Federal de Sergipe” no livro Sala Verde e Gepease: Uma década de Atuação.

² Uma destas técnicas é a Oficina de Futuro, metodologia desenvolvida pelo Instituto Ecoar, a partir de junções de técnicas de Planejamento. Para um aprofundamento desta técnica, recomendamos a leitura do texto: Metodologias Participativas em Educação Ambiental: A experiência com Oficina de Futuro, no livro: Sala Verde e Gepease: Uma década de Atuação.

grupo, jogos cooperativos, estudos teóricos, atividades de campo, oficinas para a elaboração e desenvolvimento dos projetos nas escolas.

Para tanto, a equipe se reúne com a coordenação do projeto para planejamento e avaliação das atividades desenvolvidas nos municípios conveniados. A formação dos professores formadores e estagiários, para além da formação acadêmica, é fruto da participação nas atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental da Universidade Federal de Sergipe (GEPASE/UFS), criado no ano de 2006 para dar suporte teórico e metodológico.

No ano de 2017, foram contemplados para participarem das atividades do Projeto Sala Verde – UFS os municípios de Aracaju, Salgado, Boquim, Maruim, Divina Pastora, Capela e São Cristóvão. Inicialmente foram convocados os secretários da educação para que fosse apresentada a proposta e posteriormente fosse estabelecida a parceria com os municípios através de um termo de convênio.

Os municípios interessados em receber o Projeto convidaram todos os professores da rede e interessados para uma aula inicial de sensibilização e divulgação do projeto no município. Assim, os interessados pela temática garantiram sua participação nas atividades efetuando sua inscrição, sendo estes professores ou funcionários municipais.

O curso de formação foi dividido em oito módulos. Em acordo com os professores, cada município coletivamente definiu o dia preferencial em que todos pudessem participar. Assim, em alguns locais foi escolhido um dia na semana e em outros o sábado letivo dos professores. Os últimos encontros ficaram reservados para a orientação dos projetos de intervenção, sendo requisito final sua elaboração e apresentação no Seminário Interno da Sala Verde.

4. Principais desafios identificados na execução do Projeto Sala Verde UFS

Desde o início do projeto até a atualidade, são muitos os desafios enfrentados pelos professores-formadores que vão desde as questões de ordem burocráticas, estruturais financeiras até a efetiva participação do professores nas atividades propostas pela projeto (SANTANA, et al., 2013).

Os desafios de ordem burocrática referem-se à assinatura do termo de convênio pelo gestor do município. A contrapartida do município conveniado é o transporte dos técnicos, organização do espaço onde irá ocorrer a formação e lanche para os participantes. Nesta primeira condicionante deixaram de participar das atividades de 2017 os municípios de Aracaju e Capela.

Entre as questões de ordem estruturais, podemos destacar o transporte dos professores formadores, espaços de formação, equipamentos e lanches para os participantes. No transporte, os desafios vão desde condições dos veículos até a ocorrência de motoristas que dirigem em alta velocidade. Os espaços de formação nem sempre são adequados e as atividades geralmente acontecem na própria sala de aula da escola. Além disso, equipamentos funcionam em condições precárias.

As questões de ordem financeira referem-se aos aportes financeiros por parte do Ministério da Educação que limitam a quantidade de bolsas para os estudantes, a ajuda de custo, seguros para viagem e ausência de remuneração dos demais técnicos colaboradores do projeto.

Por fim, o maior dos desafios é a efetiva participação dos professores. Embora a adesão à formação seja facultativa, sempre após a apresentação da proposta pedagógica de formação, observa-se uma evasão, à medida que os encontros vão avançando. Entre os fatores que provocam a evasão estão à questão dos sábados letivos.

Embora cada escola tenha autonomia para elaborar seu calendário escolar e alterar a data em que essas atividades possam ocorrer, como o projeto atende professores de várias escolas em uma única data no município se tornou inviável realizar as atividades em um dia comum a todos. Esse fato foi um impedimento que gerou algumas desistências já que os professores tinham preferencialmente esse dia para participar das atividades sem comprometer as suas horas de descanso e lazer.

Ao analisarmos os diversos fatores que dificultam o processo formativo dos professores, percebemos o quanto é desafiador ser um educador ambiental e atuar como formador de outros professores. Nesse sentido, compreendemos que:

O desafio é grande e não deve ser visto como desanimador ou angustiante. O prazer de ser educador ambiental reside não na certeza dos resultados, mas na construção permanente de novas possibilidades e reflexões que garantam o aprendizado, o respeito às múltiplas formas de vida e ao planeta e a esperança

de que podemos, sim, construir um mundo melhor para todos igualitário, culturalmente diverso e ecologicamente viável. (LOUREIRO, 2007 P.71).

5. Algumas Considerações

Muitos são os desafios na contemporaneidade para se colocar em prática um projeto educativo que tenha como objetivo promover à práxis pedagógica³. No Projeto Sala Verde da UFS, identificamos vários. Estes são motivos de reflexões em nossas reuniões de planejamento, avaliação e até de estudos do Grupo Gepease.

No entanto, as atividades do Projeto Sala Verde têm se constituído como um campo fértil para estudos e pesquisas, colaborando para uma maior compreensão da realidade por parte dos estudantes, futuros professores, e demais professores-formadores que participam das atividades do projeto. Refletir sobre estas questões podem promover avanços no próprio campo de estudos e pesquisas da Educação Ambiental.

É com esta compreensão que continuamos engajados em nosso compromisso com a Educação Ambiental no estado de Sergipe. Não temos a visão ingênua de que apenas a formação dos professores irá transformar a realidade, mas compreendemos que sem a formação continuada dos professores não poderemos avançar em um projeto de educação que tenha em seu exercício da cidadania e o compromisso social.

Referências

ARAÚJO, Maria Inez de Oliveira. *A dimensão ambiental nos currículos de formação de professores de Biologia*. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. (Org.). *Da construção de conhecimento às ações em educação ambiental*. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

BRASIL, *Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências*. Disponível em: [http<www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm). Acesso em 27/09/2017.

³A práxis pedagógica aqui adotada tem o sentido de uma prática pedagógica pautada na teoria. (FREIRE, 1992b)

_____, *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.* Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>>. Acesso em: 06/09/2017.

_____. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA.* 3 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

_____, *Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 06/09/2017.

CARVALHO, I. C. M. *A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais.* In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) *Educação Ambiental; pesquisa e desafios.* Porto Alegre, Artmed, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 a.

_____. *Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992b. 20ª edição.

GUIMARÃES, Mauro. *Educação Ambiental: no consenso um embate?* Campinas: Papirus, 2007. 4ª Edição

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação ambiental crítica: contribuições e desafios.* In: *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.* Brasília: UNESCO, 2007. p. 65-72.

OLIVEIRA, Maria Ivanilde Meneses de. *Educação ambiental: limites e possibilidades na Rede Municipal de Ensino de Aracaju.* Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós Graduação em Educação, São Cristóvão, 2013.

SANTANA ET AL. *A contribuição do Projeto Sala Verde UFS para o processo de formação de professores em Educação Ambiental- Estado de Sergipe.* In: ARAÚJO, Maria Inez de Oliveira (Org.): *Da construção de conhecimento às ações em educação ambiental.* São Cristóvão: Editora UFS, 2013. p.99-120.

SILVA, Cherley José da; ARAÚJO, Juliana Barreto Silva. *Utilizando o Estudo do Meio como ferramenta de Conscientização Ambiental com Alunos da Universidade Federal de Sergipe.* In: ARAÚJO ET al. (orgs): *Sala Verde e Gepease em uma década de atuação:*

da quimera ao constructo da formação ambiental. 1ª edição: Curitiba, Appris, 2016
p.175-192.